



ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO

Município: Belo Horizonte
Comarca: Belo Horizonte
Regional: 1ª PDA

Belo Horizonte 25 de outubro de 2020.

Ofício AGE/TCE nº 4034/2020

Assunto: encaminha certidões de débito

Senhora Assessora Chefe,

de ordem retransmito as anexas certidões de débito , remetidas pelo ofício nº 690/2020/CAMP/MPC, para as providências cabíveis.

Solicitamos analisar a possibilidade e a oportunidade de informar à AGE/TCE o protesto ou o ajuizamento das respectivas execuções, caso não ocorra de pronto a quitação.

Atenciosamente,

Sephora Alice Simões

Analista Administrativo I

Advocacia-Geral do Estado junto ao
Tribunal de Contas do Estado Minas Gerais.

À Excelentíssima Senhora
Doutora Ana Maria de Barcelos Martins
Procuradora do Estado - Assessora-Chefe
Assessoria de Recepção de Mandados
Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais
CAPITAL

RECEBIDO NA ARM/AGE
EM 27/10/2020 AS 16:30
NELSON DA SILVA
MASP 1.381.131-0



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Ofício n. 690/2020/CAMP/MPC

Belo Horizonte, 1 de outubro de 2020.

Excelentíssimo Senhor
Antônio Olímpio Nogueira
Coordenador do Escritório de Advocacia Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas do
Estado de Minas Gerais

Assunto: Encaminha certidões de débito.

Senhor Procurador do Estado,

Encaminho-lhe, por ordem da Procuradora-Geral, as certidões de débito e
cópias dos Acórdãos¹ referentes aos autos relacionados a seguir.

CERTIDÃO	PROCESSO	MPC
122/2020	796081	M-1916
123/2020	796081	M-1916
124/2020	796081	M-1916
250/2020	796081	M-1916

Atestado pela Corte de Contas o não recolhimento dos débitos, solicitamos
a adoção das medidas necessárias à execução do julgado do Tribunal de Contas do Estado,
nos termos da competência estabelecida no artigo 128 da Constituição do Estado de Minas
Gerais.

Atenciosamente,

Kátia S. B. Barcellos
Kátia Guimarães Barreto Barcellos

Coordenadora de Acompanhamento de Ações do Ministério Público de Contas

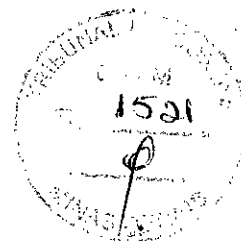
¹ Acesso ao inteiro teor das Notas Taquigráficas: www.tce.mg.gov.br – D.O.C – Diário Oficial de Contas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Inscrição CNPJ: 21.154.877/0001-07

Coordenadoria de Débito e Multa



Certidão de Débito nº 122/2020

CERTIDÃO DE DÉBITO

Certificamos, para fins do disposto nos arts. 71, § 3º, da Constituição Federal, 76, § 3º, da Constituição Estadual, e 75 da Lei Complementar nº 102, de 17/01/2008, publicada no "MG" de 18/01/2008, que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em decisão prolatada em sessão da PRIMEIRA CÂMARA, realizada em 18/11/2014, nos termos do acórdão às fls. 1350/1363, publicado no "DOC" de 30/04/2015, mantida na Sessão Plenária realizada em 05/06/2019, nos termos do Acórdão de fls. 1418/1421-v, publicado no "DOC" de 25/06/2019 constante do Processo nº 796.081 - INSPEÇÃO ORDINÁRIA da **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO**, referente ao exercício de 2008, determinou a aplicação da **Multa** prevista no art. 317 da Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nº 12/2008, ao Sr(a). **WEBER AMERICANO**, CPF 045.343.446-00, PREFEITO na época, residente e domiciliado na RUA DR VIRGILIO UCHOA, N. 351, CASA, BELVEDERE, BELO HORIZONTE/MG, CEP 30.170.131, no valor histórico de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), que corrigido monetariamente perfaz a quantia de **R\$ 7.954,46** (sete mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), assim discriminado: 1) R\$1.000,00 (hum mil reais), em razão da realização de despesas mediante procedimento licitatório irregularmente praticado, em desacordo com a Lei n. 8.666/93 - Dispensa n. 02/2008; 2) R\$4.000,00 (quatro mil reais) em razão da realização de despesas sem procedimento licitatório (art. 2º da Lei n. 8.666/93), com a aquisição de combustível, peças para veículos da saúde e educação, material de construção, contratação de prestadores de serviços de show artístico e caminhão espargidor de asfalto, no valor de R\$172.587,01; 3) R\$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) em razão de irregularidades verificadas nos procedimentos licitatórios descritos nos itens 2.3.1 a 2.3.4. Ao valor de **R\$ 7.954,46** (sete mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), foi acrescido o valor de **R\$ 318,18** (trezentos e dezoito reais e dezoito centavos), correspondentes a 4.0% de juros moratórios de 1% ao mês, incidentes a partir de 29/09/2019, perfazendo o valor de **R\$ 8.272,64** (oito mil e duzentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), nos termos da memória de cálculo que integra a presente certidão. Certificamos, ainda, que os valores foram corrigidos e acrescidos de juros nos termos da memória de cálculo que integra a presente certidão. É o que consta dos referidos autos. Eu, Soraya Rodrigues Dias, TC 01854-3, Analista de Controle Externo, extraí a presente Certidão que assino, aos 11 do mês de fevereiro de 2020. E eu, CAROLINA VIANA FARNEZI, TC 02940-5, Coordenador(a) de Débito e Multa a subscrevo.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Débito e Multa

CERTIDÃO: 122/2020
PROCESSO: 796.081
EXERCÍCIO: 2008
NATUREZA: INSPEÇÃO ORDINÁRIA
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO
DECISÃO: PRIMEIRA CÂMARA de 18/11/2014
PUBLICAÇÃO: DOC de 30/04/2015
TRÂNSITO EM JULGADO: 09/07/2019
VENC. BOLETO P/ CÁLCULO DE JUROS: 28/09/2019
RESPONSÁVEL: WEBER AMERICANO
CPF: 045.343.446-00

Multa

Multa aplicada em razão da realização de despesas mediante procedimento licitatório irregularmente praticado, em desacordo com a Lei n. 8.666/93 - Dispensa n. 02/2008.

Mês/Ano	Valor Histórico	Índice de Correção	Valor Corrigido
07/2019	R\$ 1.000,00	1,0198037	R\$ 1.019,80

Valor total devido da Multa: R\$ 1.019,80

Multa

Multa aplicada em razão da realização de despesas sem procedimento licitatório (art. 2º da Lei n. 8.666/93), com a aquisição de combustível, peças para veículos da saúde e educação, material de construção, contratação de prestadores de serviços de show artístico e caminhão espargidor de asfalto - no valor de R\$172.587,01.

Mês/Ano	Valor Histórico	Índice de Correção	Valor Corrigido
07/2019	R\$ 4.000,00	1,0198037	R\$ 4.079,21

Valor total devido da Multa: R\$ 4.079,21

Multa

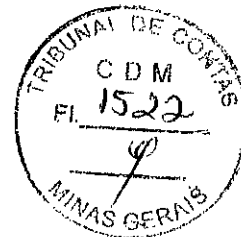
Multa aplicada em razão de irregularidades verificadas nos procedimentos licitatórios descritos nos itens 2.3.1 2.3.4 assim discriminado: **-Item 2.3.1** - ausência de comprovação de saldo orçamentário na dotação indicada para o pagamento das despesas (art. 14 c/c 38, caput) - Convites n.s 16 e 18/2008; **Item 2.3.2** - o somatório dos valores contratados através dos Convites n.s 03/2008 (R\$60.638,40) e 16/2008 (R\$24.155,05), ultrapassou o limite para a utilização do convite, uma vez que os objetos eram os mesmos - aquisição de merenda escolar (art. 23, II, a, c/c § 2º) - Convite n. 16/2008; - descumprimento do prazo mínimo de cinco dias úteis entre a emissão dos convites e a abertura do certame (art. 21, § 2º, IV) - Convite n. 16/2008; - não foram observados os prazos recursais entre a habilitação dos licitantes e o julgamento das propostas e entre o julgamento das propostas e a homologação do resultado (art. 109, I, a e § 6º) (art. 109, I, b e § 6º) - Convite n. 16/2008; **Item 2.3.3** - não ficou comprovada a publicação dos extratos dos contratos firmados em decorrência dos certames (art. 61, parágrafo único) - Convites n.s 16 e 18/2008; - os contratos não possuem cláusulas que estabeleçam critérios, data-base e periodicidade de preços (art. 55, III) - Convites n.s 16 e 18/2008; - os contratos não possuem cláusulas que estabeleçam a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas (art. 55, XIII) - Convites n.s 16 e 18/2008; - não houve acompanhamento e fiscalização da execução contratual por parte de representante da Administração especialmente designado (art. 67) - Convites n.s 16 e 18/2008; **Item 2.3.4** - falta da estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa e da declaração do ordenador de despesas de que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com a LDO e PPL (art. 16, I e II, c/c § 4º, I, da LCn.

Mês/Ano	Valor Histórico	Índice de Correção	Valor Corrigido
07/2019	R\$ 2.800,00	1,0198037	R\$ 2.855,45



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Débito e Multa



CERTIDÃO: 122/2020
PROCESSO: 796.081
EXERCÍCIO: 2008
NATUREZA: INSPEÇÃO ORDINÁRIA
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO
DECISÃO: PRIMEIRA CÂMARA de 18/11/2014
PUBLICAÇÃO: DOC de 30/04/2015
TRÂNSITO EM JULGADO: 09/07/2019
VENC. BOLETO P/ CÁLCULO DE JUROS: 28/09/2019
RESPONSÁVEL: WEBER AMERICANO
CPF: 045.343.446-00

Valor total devido da Multa: R\$ 2.855,45

Somatório do(s) valor(es) devido(s) da Multa: R\$ 7.954,46

Os valores foram corrigidos pela tabela da Corregedoria Geral de Justiça, disponibilizada no Diário do Judiciário Eletrônico de 10/01/2020, conforme Resolução 13/95 deste Tribunal.

<i>Juros(%)</i>	<i>Juros(Valor)</i>	<i>Valor Total</i>
4	R\$ 318,18	R\$ 8.272,64

Valor total devido da Multa com Juros: R\$ 8.272,64

O valor corrigido da Multa foi acrescido de juros de mora 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir de 29/09/2019, nos termos dos arts. 364 e 367 da Resolução n.º 12/2008 (RITCMG).

Técnico Responsável: SORAYA RODRIGUES DIAS, TC 01854-3.

Aos Secretários Municipais de Saúde e ordenadores de despesas, em face das contratações realizadas sem procedimento licitatório (item 2.4):

- R\$2.000,00 (dois mil reais) ao Sr. **Demézio Gomes Motta**;
- R\$200,00 (duzentos reais) ao Sr. **Afonso Araújo Drumond**;
- R\$500,00 (quinhentos reais) à Sra. **Edisa Guimarães**.

Aos Presidentes da Comissão de Licitação em face dos procedimentos realizados em desacordo com a Lei n. 8.666/93 (item 2.3):

- R\$900,00 (novecentos reais) à Sra. **Irma Maria Marques**, pelas irregularidades verificadas nos procedimentos licitatórios descritos nos itens 2.3.1 a 2.3.4;
- R\$800,00 (oitocentos reais) ao Sr. **Otair Fernandes Simões**, pelas irregularidades verificadas nos procedimentos licitatórios descritos nos itens 2.3.1 a 2.3.4.

Determino seja a decisão final comunicada ao atual gestor para que observe os apontamentos do Órgão Técnico desta Casa e promova a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas, caso ainda permaneçam, de modo a prevenir sua reincidência, as quais serão objeto de monitoramento pelo Tribunal, nos termos do art. 291, inciso II, do RITCEMG.

Transitada em julgado a decisão, cumpram-se as disposições contidas no art. 364 do RITCEMG, sem prejuízo da remessa dos autos ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, para as medidas legais cabíveis.

Intimem-se as partes da decisão, por via postal, nos termos do disposto no art. 166, §1º, II e §4º da Resolução n. 12/2008.

Ao final, arquivem-se os autos, nos termos do art. 176, I, do RITCEMG.

CONSELHEIRO WANDERLEY AVILA:

De acordo.

CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA:

De acordo.

CONSELHEIRO PRESIDENTE SEBASTIÃO HELVECIO:

APROVADO O VOTO DO RELATOR, POR UNANIMIDADE.

(PRESENTE À SESSÃO A PROCURADORA SARA MEINBERG.)

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Primeira Câmara do Tribunal de Contas, incorporado neste o relatório, na conformidade das notas taquigráficas e da ata de julgamento, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em prejudicial de mérito, em não reconhecer a prescrição suscitada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. O prazo prescricional iniciado a partir da ocorrência dos fatos sob análise (art. 110-E, LC n. 102/08) foi interrompido, antes de seu decurso, pela determinação da realização de inspeção, nos termos dos artigos 110-C da LC n. 102/08, e, desde a referida interrupção, não se verifica, sob a luz da Lei Orgânica, a ocorrência da prescrição, nem por incidência do art. 110-F, na redação dada pela LC n. 120/11, nem do art. 118-A, II, incluído pela LC n. 133/14; e, no mérito: 1) considerando as

informações contidas no Relatório de Inspeção, bem como o reexame elaborado pelo Órgão Técnico, em julgar irregulares os procedimentos abaixo analisados e aplicar multa aos responsáveis, nos termos do art. 95, II, da Lei Complementar n. 33, de 1994, vigente à época, dispositivo esse repetido no art. 85, II, da Lei Complementar n. 102/08, assim discriminadas: 1.1) R\$5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) ao Sr. José Henriques Ferreira, Prefeito no período de 1/01/05 a 2/05/08 e ordenador de despesas: a) R\$600,00 (seiscentos reais), sendo R\$200,00 (duzentos reais) em virtude de cada uma das falhas no sistema de controle interno descritas no item 2.2, letras "b", "c" e "d"; b) R\$3.800,00 (três mil e oitocentos reais), pelas irregularidades verificadas nos procedimentos licitatórios descritos nos itens 2.3.1 a 2.3.4; c) R\$1.000,00 (mil reais), pelas contratações realizadas sem procedimento licitatório descritas no item 2.4; 1.2) R\$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) ao Sr. Weber Americano, Prefeito no período de 9/05/08 a 31/12/08 e ordenador de despesas: a) R\$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), pelas irregularidades verificadas nos procedimentos licitatórios descritos nos itens 2.3.1 a 2.3.4; b) R\$4.000,00 (quatro mil reais) pelas contratações realizadas sem procedimento licitatório descritas no item 2.4; c) R\$1.000,00 (mil reais) pelas irregularidades verificadas no procedimento de dispensa licitatória descrito no item 2.5; 1.3) aos Secretários Municipais de Saúde e ordenadores de despesas, em face das contratações realizadas sem procedimento licitatório (item 2.4): a) R\$2.000,00 (dois mil reais) ao Sr. Demézio Gomes Motta; b) R\$200,00 (duzentos reais) ao Sr. Afonso Araújo Drumond; c) R\$500,00 (quinhentos reais) a Sra. Edisa Guimarães; 1.4) aos Presidentes da Comissão de Licitação em face dos procedimentos realizados em desacordo com a Lei n. 8.666/93 (item 2.3): a) R\$900,00 (novecentos reais) a Sra. Irma Maria Marques, pelas irregularidades verificadas nos procedimentos licitatórios descritos nos itens 2.3.1 a 2.3.4; b) R\$800,00 (oitocentos reais) ao Sr. Otair Fernandes Simões, pelas irregularidades verificadas nos procedimentos licitatórios descritos nos itens 2.3.1 a 2.3.4; 2) em determinar seja a decisão final comunicada ao atual gestor para que observe os apontamentos do Órgão Técnico desta Casa e promova a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas, caso ainda permaneçam, de modo a prevenir sua reincidência, as quais serão objeto de monitoramento pelo Tribunal, nos termos do art. 291, inciso II, do RITCEMG; 3) transitada em julgado a decisão, em determinar o cumprimento das disposições contidas no art. 364 do RITCEMG, sem prejuízo da remessa dos autos ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, para as medidas legais cabíveis; 4) em determinar a intimação das partes da decisão, por via postal, nos termos do disposto no art. 166, §1º, II, e §4º da Resolução n. 12/2008; 5) ao final, em determinar o arquivamento dos autos, nos termos do art. 176, I, do RITCEMG.

Plenário Governador Milton Campos, 18 de novembro de 2014.

SEBASTIÃO HELVECIO

Presidente e Relator

(assinado eletronicamente)

RP/

CERTIDÃO

Certifico que o Diário Oficial de Contas de 30/04/15 publicou a Súmula do Acórdão supra para ciência das partes.

Tribunal de Contas, aos 30/04/15

Sandra 18438
COORDENADORIA TAQUIGRAFIA E ACÓRDÃO

Dionísio, Sr. Weber Americano, que totalizam o valor de R\$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Intime-se o interessado desta decisão e dê-se seguimento ao feito com as cautelas de estilo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros do Tribunal Pleno, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento e diante das razões expendidas no voto do Relator, em: **I)** conhecer, preliminarmente, do presente recurso; **II)** não reconhecer, na prejudicial de mérito, o cabimento das hipóteses de prescrição legitimadas por este Tribunal de Contas; **III)** negar provimento ao presente Recurso Ordinário, no mérito, mantendo-se incólume a decisão recorrida e inalteradas as multas aplicadas ao recorrente, ex-Prefeito de Dionísio, Sr. Weber Americano, que totalizam o valor de R\$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais); **IV)** determinar a intimação do interessado desta decisão, dando-se seguimento ao feito com as cautelas de estilo.

Votaram, nos termos acima, o Conselheiro Gilberto Diniz, o Conselheiro Durval Ângelo, o Conselheiro Wanderley Ávila, o Conselheiro Substituto Hamilton Coelho e o Conselheiro Substituto Adonias Monteiro.

Presente à sessão o Subprocurador-Geral Marcílio Barenco Corrêa de Mello.

Plenário Governador Milton Campos, 05 de junho de 2019.

MAURI TORRES
Presidente

JOSÉ ALVES VIANA
Relator


(assinado digitalmente)

ms/rp

CERTIDÃO

Certifico que a **Súmula** desse **Acórdão** foi disponibilizada no Diário Oficial de Contas de 25/06/19, para ciência das partes.

Tribunal de Contas, 25/06/19.


Coordenadoria de Sistematização de
Deliberações e Jurisprudência

prestação de serviço, considerada a sua essencialidade, pode configurar falta de planejamento administrativo. 3. No intuito de assegurar a escolha da melhor oferta para a Administração, em respeito aos princípios da economicidade e eficiência, é importante que constem das cotações, além do montante global, o preço individual dos serviços, mediante a apresentação de planilha de quantitativos e preços unitários, garantindo-se a transparência da contratação e evitando-se o risco de execução insatisfatória. 4. No art. 167, VI, da Constituição da República, determina-se a necessidade de se submeter as alterações orçamentárias à prévia autorização legislativa, de forma a tornar clara a origem e aplicação dos recursos. Nesse sentido, da Lei criadora de um órgão deve constar a respectiva dotação orçamentária.⁵

Esclareça-se que, presentes os requisitos legais, e havendo o risco de grave lesão, a contratação emergencial deve ser realizada pelo administrador público, sob pena de sua responsabilização.

Todavia, na espécie sob exame, os fatos apurados na inspeção não decorreram de situações inesperadas e excepcionais, mas de desídia administrativa e falta de planejamento, condutas que não justificam as contratações realizadas através de procedimentos licitatórios irregulares e outras, sem que houvesse a licitação ou o adequado processo de sua dispensa, nos moldes do art. 24, da Lei nº 8.666/1993.

Pedra angular e fundamental do Direito Administrativo é o princípio da legalidade administrativa, também denominado em alguns sistemas de princípio do Estado de Direito, consistindo na necessidade de submissão da atividade administrativa à lei.⁶

Como adverte Wallace Paiva Martins Júnior, *"A busca da eficiência não pode comprometer os demais princípios jurídico-administrativos, em especial os de legalidade e moralidade"*.⁷

Na lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, a intenção do gestor na eficiência e alcance do interesse público não pode se sobrepor a nenhum dos princípios impostos à Administração Pública, *"especialmente ao da legalidade, sob pena de sérios riscos à segurança jurídica e ao próprio Estado de Direito"*.⁸

É de se ver, portanto, que razão alguma assiste ao recorrente, que não trouxe no bojo da peça recursal argumentos suficientes ao afastamento das irregularidades reconhecidas no acórdão vergastado.

III – CONCLUSÃO

A vista do exposto, voto pelo **não-provimento** do presente Recurso Ordinário, mantendo incólume a decisão recorrida e inalteradas as multas aplicadas ao recorrente, ex-Prefeito de

⁵ TCMG, Primeira Câmara, Representação nº 969.268, Relator Conselheiro Substituto Hamilton Coelho, data da sessão: 28/11/2017, data da publicação: 25/01/2018.

⁶ MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. *Tratado de direito administrativo: teoria geral e princípios do direito administrativo*/Wallace Paiva Martins Júnior, Maria Sylvia Zanella Di Pietro. -- São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. -- (Tratado de direito administrativo; v. 1 / coordenação Maria Sylvia), p. 287.

⁷ Op. cit., p. 492.

⁸ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. P. 85.

Por meio do Expediente n. 421/2019, acostado à fl. 1488, datado de 01 de outubro de 2019, a Coordenadora de Débito e Multa noticiou o falecimento do Sr. Demézio Gomes Motta ocorrido em 14/12/2012, conforme certidão de óbito fl. 1485.

É o relatório, em síntese.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A certidão de óbito acostada à fl. 1.485 comprova o falecimento da Sr. Demézio Gomes Motta, ex-secretário de saúde do município de Dionísio, que foi multado por esta Corte por contratações realizadas sem procedimento licitatório.

Conforme precedentes deste Tribunal¹, é pacífico o entendimento que a sanção pecuniária (multa) elencada no inciso I, do art. 315, do Regimento Interno do TCEMG, tem natureza personalíssima em relação ao responsável que praticou ato de gestão considerado irregular, ou seja, o falecimento do responsável isenta os sucessores do dever de pagamento da multa.

Tal assertiva está em consonância com a Súmula TCE/MG n. 121, que assim preceitua *verbis*: “A multa aplicada ao agente público, em decorrência de atos de gestão irregulares, não alcança os seus sucessores no caso de falecimento.”

Nesta mesma linha, o art. 317 do Regimento Interno do TCEMG prevê que “a multa será aplicada de forma individual, a cada agente que tiver concorrido para o fato, sendo o seu pagamento de responsabilidade pessoal dos infratores” (G.N.).

Dessa forma ante o falecimento do gestor devidamente comprovado nos autos e considerando o caráter personalíssimo da multa cominada, o seu cancelamento é medida que se impõe.

III-CONCLUSÃO

Por todo o exposto, tendo em vista o falecimento do ex-secretário de saúde do município de Dionísio, Sr. Demézio Gomes Motta, entendo pelo cancelamento da multa que lhe fora aplicada por este Tribunal, isso porque a sanção cominada em decorrência de atos de gestão irregulares não alcança os sucessores no caso de falecimento, conforme enunciado da Súmula/TC n.121.

Determino remessa dos autos à Coordenadoria de Débito e Multa para que prossiga com a execução do julgado em relação às multas cominadas aos demais responsáveis.

Promovidas as medidas legais cabíveis à espécie, archive-se os autos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Primeira Câmara, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento e diante das razões expendidas no voto do Relator, em: I) determinar o cancelamento da multa aplicada ao ex-secretário de saúde do município de Dionísio, Sr. Demézio Gomes Motta, tendo em vista o seu

¹ Contrato n. 133.611 – Sessão do dia 20/10/2009 – Relator: Conselheiro Substituto Licurgo Mourão; Processo Administrativo – Licitação n. 690.958 - Sessão do dia 24/03/2009 - Relator: Conselheiro Antônio Carlos Andrada; Assunto Administrativo n. 688829 – Sessão do dia 28/08/2013 – Relatora: Conselheira Adriene Andrade.

INSPEÇÃO ORDINÁRIA N. 796081

Procedência: Prefeitura Municipal de Dionísio

Exercício: 2008

Partes: Demézio Gomes Motta, Afonso Araújo Drumond, Claudinei Natal da Silva, Edisa Guimarães, Edma Aparecida Oliveira, Érica Aparecida Andrade Chaves, Evaldo Ermelindo da Silva, Irma Maria Marques, João Bosco Mendes, José Henriques Ferreira, Leonardo Correa Drumond, Maria Aparecida Neves Crepaldi, Otair Fernandes Simões, Sandra Duque de Souza Santiago, Weber Americano

Apenso: Recurso Ordinário n. 958126

Procuradores: Fernanda Maia - OAB/MG 106.605, Marcelo Souza Teixeira - OAB/MG 120.730, Rodrigo Otávio Mazieiro Wanis - OAB/MG 97.482, Sérgio Bassi Gomes - CRC/MG 20.704

MPTC: Glaydson Santo Soprani Massaria

RELATOR: CONSELHEIRO DURVAL ÂNGELO

EMENTA

INSPEÇÃO ORDINÁRIA. PREFEITURA MUNICIPAL. IRREGULARIDADES. APLICAÇÃO DE MULTA. FALECIMENTO DO GESTOR. EXECUÇÃO PREJUDICADA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. CARÁTER PERSONALÍSSIMO. CANCELAMENTO DA MULTA.

Constatado o falecimento do gestor, considera-se extinta a punibilidade do responsável, ficando prejudicada a execução da multa imputada, em razão do caráter personalíssimo da penalidade aplicada.

Primeira Câmara

35ª Sessão Ordinária – 29/10/2019

I – RELATÓRIO

Trata-se de Inspeção Ordinária realizada na Prefeitura de Dionísio que teve como objetivo a comprovação da legalidade dos atos administrativos praticados e o cumprimento das disposições legais aplicáveis, em especial à Lei n. 8.666/93, no exercício 2008.

Na sessão do dia 18/11/2014, a Primeira Câmara decidiu, nos termos do acórdão às fls. 1362/1363, pela aplicação de multa no valor total de R\$2.000,00 (dois mil reais) ao Sr. Demézio Gomes Motta, ex-secretário de saúde, em face das contratações realizadas sem procedimento licitatório.

Os autos foram redistribuídos à minha Relatoria em 01/08/2018.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



falecimento, isso porque a sanção cominada em decorrência de atos de gestão irregulares não alcança os sucessores no caso de falecimento, conforme enunciado da Súmula/TC n. 121; II) determinar a remessa dos autos à Coordenadoria de Débito e Multa para que prossiga com a execução do julgado em relação à multa cominada aos demais responsáveis; III) determinar o arquivamento dos autos, promovidas as medidas legais cabíveis à espécie.

Votaram, nos termos acima, o Conselheiro Substituto Licurgo Mourão e o Conselheiro Presidente José Alves Viana.

Presente à sessão a Procuradora Maria Cecília Borges.

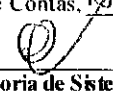
Plenário Governador Milton Campos, 29 de outubro de 2019.

JOSÉ ALVES VIANA
Presidente

DURVAL ÂNGELO
Relator

(assinado eletronicamente)

ms/kl

CERTIDÃO	
Certifico que a Súmula desse Acórdão foi disponibilizada no Diário Oficial de Contas de <u>13/11/2019</u> para ciência das partes.	
Tribunal de Contas, <u>13/11/2019</u>	
	
Coordenadoria de Sistematização de Deliberações e Jurisprudência	